PRONUNCIAMENTOS DA 52ª SESSÃO ORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 20ª LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR, REALIZADA NO DIA 1º DE SETEMBRO DE 2025, NO PLENÁRIO COSME DE FARIAS.

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB)** NA 52ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 1º DE SETEMBRO DE 2025 – **NA PRESIDÊNCIA.**

Sob a proteção de Deus, declaro aberta a 52ª Sessão Ordinária, 1ª Sessão Legislativa, 20ª Legislatura, realizada hoje, 1º de setembro de 2025.

Votação da Ata. Os Srs. vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovada.

Leitura do Expediente, pelo 1º secretário, vereador Claudio Tinoco.

SR. VEREADOR CLAUDIO TINOCO (UNIÃO): Sem Expediente na sessão, presidente.

SR. PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB): Obrigado, vereador.

Há sobre a Mesa as licenças dos vereadores Beca, Randerson Leal e Daniel Alves. Os Srs. vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovadas.

Tribuna Popular, Associação Quilombola dos Moradores, Pescadores e Marisqueiras de Porto dos Cavalos, Martelo e Ponta Grossa, Sra. Luana do Brasil Pedro, representante para assuntos inerentes.

Por dez minutos, pode ficar à vontade.

DISCURSO PROFERIDO PELA **SENHORA LUANA DO BRASIL PEDRO (ASSOCIAÇÃO QUILOMBOLA DOS MORADORES, PESCADORES E MARISQUEIRAS DE PORTO DOS CAVALOS, MARTELO E PONTA GROSSA)** NA 52ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 1º DE SETEMBRO DE 2025 – **TRIBUNA POPULAR.**

Boa tarde a todos, mais uma vez. Eu sou Luana, mulher trans, marisqueira, pescadora da comunidade quilombola de Ilha de Maré.

Hoje a minha vinda aqui é para pedir ajuda aos vereadores, porque eu precisei, desde sábado à noite, me retirar da minha residência, depois que à minha residência foram dois homens para lá. Eu não sei qual foi a intenção deles, não sei se era invadir a minha casa para me pegar, para me bater.

Eu estou sofrendo uma perseguição muito grande. Hoje eu tive que vir à delegacia prestar uma queixa do filho da vereadora. Ela se encontra aqui, eu gostaria até que a senhora se

posicionasse. Seu filho foi na minha casa, junto com seu ex-marido, com palavras transfóbicas, falando que eu não sou mulher coisa nenhuma, que eu sou homem. Vocês viram aí que eu fui para a minha rede social tentar me defender. Eu não aguento mais o que eu estou passando.

Eu estou pedindo a vocês, vereadores, porque estou com medo da minha integridade física. Tive que sair da minha casa, estou na casa de meus parentes aqui em Salvador, para tentar me resguardar, porque não sei qual foi a intenção deles.

Então, peço que, pelo amor de Deus, olhem com mais atenção para aqueles pescadores, para a gente que está lá abandonado em Ilha de Maré.

Não aguento mais. Eu já fui apedrejada pela própria mãe dela. E quando falo, gente, tenho um vídeo, tenho um vídeo. Agora, desafio qualquer um deles a apresentar um vídeo da gente agredindo com palavras de baixo calão.

Foi inadmissível o que aconteceu no sábado, na minha casa. Eu estava fazendo meus afazeres dentro de minha casa e o filho, junto com o ex-marido, foi para a minha porta. Hoje já tomei as devidas providências, porque é inadmissível.

Sou uma mulher transexual retificada, desde 2020, para ter meus direitos negados dentro da minha própria casa, eu fazendo meus afazeres, gente?

Praça Thomé de Souza, s/nº, Centro – Salvador – Bahia
CEP: 40.020-010 / Tel:. 3320-0116 / www.cms.ba.gov.br

Gente, estou pedindo socorro a vocês. Presidente, me ajude, pelo amor de Deus! Vereadores, me ajudem! Não sei mais a quem gritar, gente. Estou passando uma perseguição muito grande dentro do meu território.

Gostaria de agradecer aqui, e que eu fosse ouvida por alguém.

Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB): Obrigado a você, Luana.

Se inscreva, que você fala.

Centro Palmares de Estudos e Assessoria por Direitos. Programa Atipicidades e Representantes de Mães Atípicas, Sra. Tatiane Souza da Costa, representante para assuntos Inerentes. Por dez minutos, pode ficar à vontade.

DISCURSO PROFERIDO PELA **SENHORA TATIANE SOUZA DA COSTA (CENTRO PALMARES DE ESTUDOS E ASSESSORIA POR DIREITOS - PROGRAMA ATIPICIDADES E REPRESENTANTE DE MÃES ATÍPICAS)** NA 52ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 1º DE SETEMBRO DE 2025 – **TRIBUNA POPULAR.**

Exmo. Sr. presidente, Exmo. Srs. e Sras. vereadoras de Salvador, ilustres servidores e servidoras desta Casa, Srs. e Sras.

da imprensa, subo hoje nesta Tribuna como presidente do Centro Palmares, como mãe atípica e como cidadã, para trazer a voz das famílias que diariamente enfrentam a dura realidade da falta de acessibilidade e de cuidado com as pessoas com deficiência deste município.

Nós falamos dos direitos que estão garantidos por lei, como a Lei Berenice Piana, a Constituição Federal e a Convenção da ONU, sobre o direito das pessoas com deficiência, mas que na prática não estão sendo respeitados.

Começo pela educação. As escolas municipais ainda não estão preparadas para receber os nossos filhos e filhas. Faltam profissionais essenciais, como ADIs, professores de AEE, professores de apoio previstos em lei, além da implementação efetiva do PEI, do Plano Educacional Individualizado.

As mães atípicas e eu estivemos presentes na construção e adaptação no Plano Municipal de Salvador e, na prática, agora no final de mês de agosto, meu filho ainda não fez o PEI dele, não foi realizado o PEI dele, assim como outras crianças. Esses recursos para nossas crianças dão o direito básico de aprender com dignidade. Ninguém ensina a uma criança sem saber o que ela já sabe antes, as habilidades que ela já contém antes.

Além da ausência de profissionais, falta também acessibilidade nas salas de aula, materiais adaptados, alimentação adequada. Nossos filhos têm seletividade alimentar,

isso faz parte da deficiência deles. Eles não podem passar um período na escola sem se alimentar.

Em diferentes reuniões com a Secretaria Municipal de Educação, durante dois anos, sequer tivemos acesso ao secretário de Educação. Ficamos de um lado para o outro e nada é resolvido. Não estamos aqui pedindo privilégios, estamos cobrando o mínimo: a garantia que cada criança, adolescente e jovem com deficiência tenha acesso à escola e a permanência em iguais condições.

Na saúde, a situação é igualmente grave, as famílias enfrentam filas de espera intermináveis, seja na regulação para exames, procedimentos cirúrgicos e para consultas, terapias, atendimentos especializados, sendo que a Lei nº 14.626/2023, garante atendimento prioritário aos autistas. Muitas vezes, sequer conseguimos o básico nos postos de saúde e nas farmácias. Falta de dipirona, risperidona líquida, depakene, carbamazepina, neuleptil, fluoxetina, clonidina, além de fraldas, suplementos alimentares como fortini, neocate, ketocal, luvas e suplementos. Nós estamos falando da medicação dos nossos filhos, de não ficarem desregulados, não se autoagredirem e poderem estar nos espaços.

Eu estou aqui mesmo agora no celular, com várias mães solicitando e pedindo socorro, porque falta a medicação. Um vidrinho do risperidona, que meu filho toma três vezes ao dia,

custa R$ 120, e a gente não está conseguindo no município. Imagina o que significa para a gente, enquanto mãe atípica, que vive sobrecarregada com os cuidados diários, não ter acesso sequer ao essencial.

Quanto às medicações de alto custo, sabemos que muitas são responsabilidade da União, do Estado, mas não podemos aceitar que a Prefeitura se exima da sua parte. É preciso organizar, cobrar, garantir que não falte o que é vital para a vida das nossas crianças, para a nossa sobrevivência, de adolescentes e adultos com deficiência. E não podemos esquecer das mães atípicas, mulheres que dedicam suas vidas inteiras cuidar dos seus filhos e filhas, que muitas vezes adoecem pela sobrecarga, sem apoio do poder público.

Cuidar das mães é também cuidar dos filhos. Se as cuidadoras adoecem, toda a família entra em colapso. Não é à toa que eu estou aqui com o meu filho presente neste espaço, porque não temos opções. Não podemos estar no mercado de trabalho. Ou estamos no mercado de trabalho ou cuidamos dos nossos filhos. É necessário, gente, uma formação e sensibilização dos funcionários públicos municipais, com mais atendimento humanizado para as pessoas com deficiência, pois as famílias atípicas estão cansadas de serem hostilizadas nos transportes públicos, no posto de saúde, na UPA e na UGPD, aquele espaço que é um caos.

Quando a gente vai fazer o passe livre estadual, você faz de forma virtual; o nacional, você faz de forma virtual; e o presencial em Salvador, aquele espaço é um espaço desumanizado, porque a gente tem que passar por uma reavaliação da deficiência da pessoa com deficiência naquele espaço. A assistente social exige que a gente leve a documentação dos pais, que já consta no Cadastro Único.

Gente, eu gostaria de silêncio. Aqui, nesta Mesa, está falando uma mãe atípica com uma criança autista. Eu gostaria de respeito na minha fala! Aqui é a Casa do Povo, e eu quero que vocês me ouçam! Eu quero que vocês me ouçam! Nossos filhos estão sem medicação! Estão fora da escola! Vocês têm que nos ouvir! Eu tenho que gritar, com uma criança autista do lado, porque vocês não respeitam uma mãe atípica falando, com uma criança autista do lado. Por favor, senhores!

Por isso, aqui eu faço um apelo: que esta Casa, os vereadores e vereadoras desta cidade assumam a responsabilidade de fiscalizar, investigar a falta de insumos básicos da saúde e a ausência de profissionais e recursos da educação.

Solicitamos também que esta Casa regulamente o exercício da profissão do profissional especializado em autismo, porque não é especializado na Lei Berenice Piana, mas é tão necessário para que nossos filhos permaneçam estudando. Precisamos de uma

política pública inclusiva, planejada e efetiva, que saia do papel e chegue até às famílias que mais precisam.

Não estamos pedindo favores aos senhores. Estamos exigindo direitos que já estão garantidos por lei, mas que estão sendo negligenciados. Que possamos construir uma sociedade onde nenhuma criança seja deixada para trás, onde cada família atípica seja respeitada e a inclusão não seja apenas um discurso, mas uma prática diária.

Quero registrar aqui o meu agradecimento à vereadora Eliete Paraguassu, que abriu espaço para nossa presença nessa Tribuna hoje e também a realização de uma audiência pública em maio, voltada às mães atípicas. Esse foi um momento de muita importância, em que pudemos expor nossas realidades e necessidades.

Porém, é importante lamentar a ausência das secretarias responsáveis, cuja presença é fundamental para ouvir e dialogar soluções. Seguiremos firmes na nossa luta para que esses espaços de escuta sejam respeitados e transformados em políticas reais. A gente está cansada.

Tem a questão do BPC, que aqui agora eu peço. Não é um espaço da Casa, porque se trata de uma circunstância federal. Mas, enquanto pessoas de partido, vocês precisam tomar partido da situação. A suspensão do BPC em massa das famílias com deficiência. Esse final de semana foi um repleto caos em

Salvador. São crianças e famílias, pessoas de deficiência, sendo levadas em macas. As pessoas estão sendo levadas para a revisão do BPC amarradas. Nós estamos passando por um processo desumano. Como que a pessoa é avaliada no INSS, recebe o benefício, porque foi comprovada a deficiência dela, e agora na reavaliação o INSS está curando as pessoas?

Nós estamos falando de mães, de famílias, que estão ficando sem alimentação, porque o BPC é para se alimentar e para poder pagar os aluguéis. Nós estamos pedindo socorro. Enquanto partidos, a gente precisa, enquanto sociedade, que vocês olhem por nós, porque a gente não tem soluções. Não queremos virar pedintes, queremos dignidade, que nossos direitos sejam cumpridos.

Gostaria também de ressaltar, assim como nesta Casa hoje fui desrespeitada enquanto mãe atípica, na Conferência Estadual das Mulheres também fomos desrespeitadas. Eu fui a única mulher representante de Salvador, numa capital com 54% de mulheres, fui eleita.

A Conferência não tinha um espaço para as crianças. Meu filho se desregulou em cima do palco, porque não teve um espaço digno para ele permanecer. Deram leite para uma criança que é intolerante à lactose, desligaram as luzes à meia-noite, suspenderam a água no espaço para a gente, suspenderam os banheiros, foi um caos, teve mulher sendo agredida.

A gente só está pedindo direito e que a gente seja respeitada nos espaços.

Obrigada.

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB)** NA 52ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 1º DE SETEMBRO DE 2025 – **NA PRESIDÊNCIA.**

Nós que agradecemos. Pode ter certeza de que aqui na Câmara você não vai ter esse mau tratamento. Tem água para você à vontade e o seu filho pode ficar à vontade no palco com você. Se você tem isso no governo federal e no governo estadual, aqui na Câmara, pode ter certeza de que você sempre será bem tratada. Está certo? É uma obrigação de todos nós.

SRA. TATIANE SOUZA DA COSTA: Obrigada, mas eu tive que gritar para ser ouvida.

SR. PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB):

Para comentar, vereadora Marta. Mais alguém? Hamilton. Vereador Hamilton. Mais alguém para fazer comentário? Vereador Maurício. Vereadora Aladilce. Vereador Cezar. Vereadora Eliete. Vereador Claudio Tinoco. Quem mais? Vereador Sílvio. Mais alguém?

Por três minutos, vereadora Marta Rodrigues.

DISCURSO PROFERIDO PELA **SENHORA VEREADORA MARTA RODRIGUES (PT)** NA 52ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 1º DE SETEMBRO DE 2025 – **COMENTÁRIO DA TRIBUNA POPULAR**.

Obrigada, Sr. presidente.

Quero saudar V. Exa., os vereadores e as vereadoras, saudar a Galeria que está aqui, hoje, bem participativa, e isso é bom para esta Casa. Mas, queria saudar, especialmente, a Sra. Tatiane Souza da Costa, que representa aqui o Centro Palmares de Estudos e Assessoria por Direitos, que trouxe aqui uma fala por demais importante, para a realidade que nós estamos vivendo no município de Salvador.

Os números vêm crescendo de forma assustadora, das mães atípicas, e é necessário que este tema, este debate, seja também em todas as secretarias, especialmente — como ela trouxe aqui, e veio acompanhada do seu filho ainda com a farda da escola municipal — para a gente se debruçar sobre essa temática que é importante demais para as mães. Por quê?

As mães têm toda uma trajetória de sobrecarga de trabalho em casa, e aquelas que trabalham também fora, que não só em casa. Em casa, já é um trabalho árduo, mas também trabalham para poder manter e sustentar suas filhas e filhos.

Então, são mulheres que desempenham um papel excepcional ao cuidar de seus filhos e filhas com deficiência, com síndromes raras. Entretanto, são desafios diários que nós constatamos, que muitas vezes passam despercebidos pela sociedade.

Então, essas mulheres merecem todo o nosso debate sobre as políticas, sobre o orçamento e a prioridade, como bem Tatiane trouxe aqui e pediu, para que os vereadores, as vereadoras e todos aqui, neste Plenário, a escutem. A fala dela trouxe dados importantes para nós nos debruçarmos diante de toda essa realidade. Então, tem dados oficiais, tem indicadores que já apontam para a gente esses fatos, o IBGE, o Ministério do Desenvolvimento de Direitos Humanos, também têm apontado para a gente dados no Brasil. Aqui também nós precisamos. No Brasil são 18,6 milhões de pessoas, desse total, a cada 100 crianças tem uma com o Transtorno do Espectro Autista.

Por isso, Tatiane, você pode contar com o nosso mandato, mas também com o nosso partido das trabalhadoras e dos trabalhadores.

Quero parabenizar a vereadora Eliete por essa iniciativa de disponibilizar esta Tribuna Popular para que nós possamos sair daqui com uma audiência e o que for necessário, para a gente encontrar as saídas. As saídas são sempre coletivas.

Muito obrigada, Sr. presidente.

SR. PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB): Nós que agradecemos, vereadora Marta.

Vereador Hamilton Assis, por três minutos.

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR VEREADOR HAMILTON ASSIS (PSOL)** NA 52ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 1º DE SETEMBRO DE 2025 – **COMENTÁRIO DA TRIBUNA POPULAR**.

Sr. presidente, Srs. vereadores, Sras. vereadoras e todo o público aqui presente, eu quero saudar o Centro Palmares de Estudos e Assessoria por Direitos e o Programa Atipicidades, em nome da representante das mães atípicas, a Sra. Tatiane Souza da Costa, que nos trouxe esse relato aqui extremamente comovente. É um relato que eu, como professor, educador, que vivenciei esses processos dentro de sala de aula, pude comprovar o quanto é difícil para essas mães, para esses professores que trabalham com essas crianças e que não têm a devida assistência do poder público para garantir para eles e para elas as condições necessárias para a criação do seu filho, para que eles possam ter um desenvolvimento saudável.

Querida Tatiane, o nosso mandato tem buscado desenvolver vários projetos para atender as demandas das crianças atípicas. No entanto, o nosso projeto de indicação, o PIN

nº 209/2025, solicitando ao prefeito Bruno Reis, que prevê a regulamentação do cargo de provimento efetivo de Assistência e Desenvolvimento Infantil, ADI, no plano de carreira e remuneração dos servidores da educação do município de Salvador, lamentavelmente foi rejeitado pela maioria desta Casa. Mas a gente continua implementando, porque nós acreditamos que o nosso papel aqui é proporcionar as melhores iniciativas para cuidar das nossas crianças.

Através do PIN nº 184/2025, indicamos outro projeto ao prefeito do município de Salvador, Sr. Bruno Reis, que adotasse medidas necessárias para a constituição e funcionamento do Fórum Municipal de Educação, porque compreendemos que com a ampla participação da sociedade e de caráter permanente com a ativação deste fórum, poderíamos promover e elaborar políticas que garantissem o avanço, não só da melhoria da educação dessas crianças, mas, sobretudo, para a contratação de profissionais, a exemplo dos ADIs, para melhor atuar nas salas de aula.

Além de trazer prejuízo ao aprendizado, a ausência de ADIs coloca em risco professoras e professores. Recebemos relatos de uma professora que não tinha auxiliar em sala de aula e acabou se acidentando durante um episódio com uma criança atípica. Isso acontece pela negligência e falha neste acolhimento na

questão da saúde, assistência das famílias e também da educação.

Por isso, nós seguimos aqui em defesa da educação pública de qualidade, dos concursos públicos, e continuarei cobrando as ADIs, continuarei cobrando mais respeito aos profissionais de educação.

E aproveito este momento para registrar, Sr. presidente, que hoje estou entregando a minha defesa contra a representação de cassação do nosso mandato e vamos, junto com os trabalhadores da Educação, junto com os movimentos sociais que se comprometeram a nos ajudar na construção dessa defesa, estar fazendo um ato para entrega do nosso documento. Espero que o corregedor esteja presente neste momento. Se assim ele não estiver, vamos tentar protocolar no seu gabinete, porque nós consideramos que o exercício da correição é fundamental, que é legítimo qualquer cidadão fazer qualquer representação contra qualquer vereador — porque isso faz parte da democracia —, mas achamos que a banalização desse tipo de instrumento, sob tentativa de intimidação, acomodação, domesticação ou retaliação é um instrumento que compromete a atuação, não só do meu mandato, mas de qualquer mandato aqui, porque assim qualquer um nesta cidade pode livremente estar fazendo o exercício de pedido de representação por cassação e falta de decoro

parlamentar, sem as devidas provas materiais, sem o devido fundamento ou coisa que qualifique essa representação.

Portanto, espero que o corregedor desta Casa, ele, de forma isenta, possa apreciar a nossa defesa e assim decidir pela nossa expectativa, Sr. presidente, que é de arquivamento desse processo, porque nós não vemos materialidade para que de fato ele venha a ocorrer.

Muito obrigado e boa tarde a todos.

SR. PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB): Nós que agradecemos, vereador Hamilton.

Vereador Rodrigo Amaral.

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR VEREADOR RODRIGO AMARAL (PSDB)** NA 52ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 1º DE SETEMBRO DE 2025 – **COMENTÁRIO DA TRIBUNA POPULAR.**

Obrigado, presidente.

Srs. vereadores, queria aqui ser solidário à minha amiga Luana, que está passando por momentos de intimidações fortes. Dizer a ela que, como vereador e amigo, estarei ao lado dela.

Dizer também, Sr. presidente, que acho que a gente tem que apurar os fatos e agora os fatos já estão na Justiça. Iremos apurar esses fatos. Acho que não pode viver em ameaças. Então,

como amigo e solidário à situação de Luana, quero dizer a ela que ela pode contar comigo.

Boa tarde a todos.

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB)** NA 52ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 1º DE SETEMBRO DE 2025 – **NA PRESIDÊNCIA.**

Obrigado, vereador.

Pode ter certeza que que ninguém pode viver sobre ameaças. Não ouvi o discurso. Desculpe, até peço desculpas a você e a Luana, porque não tinha ouvido o discurso, não vi nem que o assunto se tratava por ameaça. Acho que ninguém pode viver por ameaça, qualquer que seja a ameaça ou de quem quer que seja. Está certo?

Então pode contar comigo também. Coloque a Câmara à disposição dela.

Vereador Maurício Trindade, por três minutos.

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR VEREADOR MAURÍCIO TRINDADE (PP)** NA 52ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 1º DE SETEMBRO DE 2025 – **COMENTÁRIO DA TRIBUNA POPULAR.**

Sr. presidente, caros colegas, em relação às crianças portadoras da síndrome autista, nós já temos nesta Casa aqui, na mão do vereador Omar Gordilho, um projeto que obriga que a Prefeitura dê o curso de qualificação, para que tanto as mães quanto os profissionais que trabalham nos colégios possam, após qualificação, tratar melhor as crianças, as nossas crianças. Então, acredito que isso aqui vai corroborar muito com o que a pessoa que estava aqui na Tribuna solicitou.

Assim como também há um projeto do nosso prefeito, que está colocando, através de uma entidade não governamental, para que todas as atuais ADI — como nós chamamos aqui em Salvador — fiquem nessa entidade e sejam, a partir de agora, selecionadas por concurso, e não por indicação. Isso vai ajudar muito na melhora da qualidade de vida e tratamento de nossas crianças nas nossas escolas.

Obrigado.

SR. PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB): Nós que agradecemos, vereador Maurício Trindade.

Vereadora Aladilce, por três minutos.

(*Manifestação nas Galerias: "Vereador, a clínica que o senhor abriu no período eleitoral, fechou. Fechou por quê? As crianças estão esperando o retorno, que tragam a clínica de volta. (...) No Setembro Amarelo, evite o suicídio de mães atípicas!"*)

DISCURSO PROFERIDO PELA **SENHORA VEREADORA ALADILCE SOUZA (PCdoB)** NA 52ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 1º DE SETEMBRO DE 2025 – **COMENTÁRIO DA TRIBUNA POPULAR.**

Sr. presidente, Srs. vereadores, Sras. vereadoras, cidadãos e cidadãs presentes nesta Tribuna, nesta Câmara e aqueles que nos assistem pela TV Câmara e nos ouvem pela Rádio Câmara também.

Sr. presidente, eu quero também me solidarizar com o Centro Palmares de Estudos e Assessoria por Direitos, Programa Atipicidades, e a representantes das Mães Atípicas, Sra. Tatiane Souza da Costa. Dizer que o apelo que ela faz aqui — e que a criança que veio também fez — é um apelo de muitas mães, de muitas senhoras, a maioria pobres, desesperadas nesta cidade, e que a gente tem conhecimento. Acho que todos os vereadores e vereadoras aqui têm alguém que já teve alguma demanda desse tipo.

Nós temos identificado, acho que talvez pelo maior número de diagnóstico, crianças com autismo e com outras neurodivergências que precisam e têm o direito de estudar, direito de serem atendidas de maneira interdisciplinar, por equipe multiprofissional. A gente, o poder público, precisa garantir.

Portanto, Sr. presidente, eu acho que esta Casa que acompanha, que tem a obrigação de fiscalizar as políticas públicas, inclusive dizer que na campanha esse tema apareceu muito e há muitas promessas. Então, eu quero propor aqui que a gente trate essa questão das mães atípicas como uma questão prioritária, no sentido de acompanhamento.

Nós temos aqui a Comissão da Criança e do Adolescente, mas além disso, nós precisamos fazer uma força-tarefa para exigir da Prefeitura que cumpra o que está no Plano Educacional de Inclusão, de Educação Inclusiva, e outras normas que nós temos para atender. Não é possível — e eu quero concordar *ipsis litteris* com o que disse aqui o Maurício Trindade — que esses profissionais, quando existem, sejam indicados meramente por critério político-eleitoral, ou político-partidário, melhor dizendo. Acho que é uma assistência, um cuidado especializado que precisa ser tratado à altura. Não é qualquer pessoa, sem nenhum demérito, que pode assistir uma criança dessa.

Então, tem o projeto de Maurício, e acho que todo mundo vai apoiar a Maurício, mas, para além disso, acho que toda pessoa que for fazer o papel de ADI tem que passar por uma seleção. Aliás, o melhor é concurso público, abrir concurso público para essa vaga. Concurso público, porque você vai ter essas pessoas incorporadas e fazendo um planejamento permanente da assistência. Não é possível que a coisa continue.

Em todas as comunidades que a gente vai, eu tenho certeza de que vocês ouvem esse pedido.

Cuidar das crianças autistas, as mães atípicas fazem esse apelo, e eu quero dizer que o PCdoB se coloca aqui à disposição de todas essas pessoas.

E dizer, Sr. presidente, que nossa Tribuna Popular tem sido um canal de diálogo com o Legislativo, mas que eu acho que tem outras vias também de se resolver problemas que já estão na Justiça. Então aqui é o espaço para a gente denunciar, mas é também para a gente trabalhar no sentido de propor políticas e encaminhamentos para os problemas que estão colocados na nossa comunidade.

Obrigada.

SR. PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB): Obrigado, vereadora. Vereadora Eliete, por três minutos.

DISCURSO PROFERIDO PELA **SENHORA VEREADORA ELIETE PARAGUASSU (PSOL)** NA 52ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 1º DE SETEMBRO DE 2025 – **COMENTÁRIO DA TRIBUNA POPULAR**.

Boa tarde à Mesa, ao Sr. presidente. Eu queria aqui saudar as mães atípicas. Esta Tribuna hoje ocupada foi um

encaminhamento da audiência pública do Mandato Popular das Águas.

Nesse sentido, eu queria dizer que o Mandato Popular está sempre de portas abertas para a gente conseguir garantir direitos, sobretudo para as mulheres negras. Nesse sentido, a gente encaminhou um projeto de lei, na verdade três projetos de lei aqui para a Casa. O PL nº 164, que inclui cláusulas nos contratos da Prefeitura para o abono das faltas de pais ou de responsável para o acompanhamento de filhos ou de pessoas tuteladas, para o atendimento de saúde ou compromissos escolares.

O PL nº 216 que inclui o selo Empresa Amiga do Cuidado para empresas que abonaram as faltas dos seus empregados para o acompanhamento de filhos ou tutelados em atendimento de saúde ou compromissos escolares.

E, por fim, o PL nº 217, que propõe uma política de apoio e reinserção das mães atípicas ou responsável legal no mercado de trabalho, por dois anos após o falecimento de filhas e filhos com deficiência ou síndromes raras, concedendo benefício assistencial e programas de qualificação profissional.

Esse é um dos projetos de lei que o Mandato Popular das Águas encaminhou aqui para a Casa, porque o Mandato Popular é um mandato que trabalha.

Neste sentido, queria também dizer que esses dias a gente vai estar em Ilha de Maré atuando no observatório de pesquisa de

povos e comunidades tradicionais dos nossos territórios na defesa da Baía Kirimurê. Viva nós e vivas as águas. Seguimos construindo a Salvador do bem-viver.

SR. PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB): Obrigado, vereadora Eliete.

Vereador Cezar Leite, por três minutos.

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR VEREADOR CEZAR LEITE (PL)** NA 52ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 1º DE SETEMBRO DE 2025 – **COMENTÁRIO DA TRIBUNA POPULAR**.

Obrigado, Sr. presidente e a todos que nos escutam, especialmente hoje as mães atípicas presentes. Quem vai falar aqui agora é um pai que há 25 anos tem Filipe, síndrome rara, Síndrome de Angelman, com transtorno do espectro autista e Luise, Síndrome de Wolf, presidente da Comissão de Pessoas com Deficiência.

É um assunto sério, é um assunto que precisa ser realmente debatido muito nesta Casa. Sabemos da deficiência clara que tem uma escola municipal, inclusive eu fico muito preocupado, porque já visitei algumas escolas, em termos de diagnósticos. Está tendo o que eu posso chamar de hiperdiagnóstico em TOD, TDAH, e muitas crianças com

transtornos do espectro autista, às vezes, não conseguem ter espaço.

Isso precisa ser pensado, é uma coisa muito importante e pouco está se falando sobre isso. Mas, da mesma forma o governo estadual tem falhas, o CRE-TEA era para ser um centro melhor, e não se faz. O governo federal, infelizmente, é uma vergonha, é desumano o que aconteceu com a questão do INSS. É desumano o que foi feito — a comprovação presencial com com crianças e pessoas carregadas em macas. Não existe isso o que foi feito.

Ao mesmo tempo, eu digo a todos vocês que eu tenho certeza absoluta de que os vereadores estão imbuídos do melhor. Existe um projeto de lei nosso que vai ser avaliado aqui, na Casa, que é a distribuição de abafadores de ruído para crianças autistas, que têm sensibilidade. Isso começando pelas escolas municipais e se estendendo por toda Salvador. Eu tenho total certeza de que os vereadores estão imbuídos da aprovação desse projeto e que vai ser sancionado pelo prefeito, para que nossas crianças, que tenham essa sensibilidade, possam ser cuidadas da melhor forma possível.

Da mesma forma, eu vou encaminhar, meu presidente, um projeto de lei sobre moradia para as mães solo. Por quê? Não sei se vocês sabem, mas muitas mães solos, que têm filhos com deficiência ou sem deficiência, algumas até em situação de rua, acabam se juntando com outras pessoas, outros homens, para ter

o direito ao auxílio-moradia. E, nesse momento em que se juntam, aí tem a violência doméstica, e, às vezes, tem o feminicídio. A mulher é submetida àquele momento para ter o direito ao auxílio. Aí a gente prejudica cada vez mais uma família que não está sendo formada. Foi um rearranjo que foi feito ali.

Então, o nosso projeto vai prever que o auxílio-moradia seja dado para mãe solo. Claro, comprovadamente, com a criança com deficiência ou sem deficiência, para que ela possa se reerguer na vida, porque essa oportunidade quem tem que disponibilizar é o poder público, que tem que entender que é para isso que ele existe. O representante é representante do povo, o representante não pode ser maior que o povo. A vontade do povo sempre deve ser seguida e defendida.

Então, saibam, queridas mães, que aqui está um pai atípico, que respeita muito vocês, porque mais de 95% das vezes é a mãe que absorve tudo, que supera tudo, que segura tudo, que sofre junto. Muitas pessoas não entendem a angústia da mãe, quando tem algumas mães que começam aqui a gritar, querer mostrar a voz de seus filhos nesse momento. As pessoas não entendem, mas eu entendo o sofrimento que é, eu sei a dificuldade de vida de cada uma de vocês.

Que Deus abençoe. E eu digo uma coisa com muita tranquilidade: eu tenho saudade da Michelle Bolsonaro, porque ela, sim, defendia as pessoas com deficiência.

Obrigado, Sr. presidente.

SR. PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB): Nós que agradecemos, vereador Cezar Leite.

Vereador Sílvio Humberto por três minutos.

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR VEREADOR SÍLVIO HUMBERTO (PSB)** NA 52ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 1º DE SETEMBRO DE 2025 – **COMENTÁRIO DA TRIBUNA POPULAR**.

Boa tarde, Sr. presidente. Boa tarde, colegas.

Quero cumprimentar aqui e hipotecar a minha solidariedade às mães atípicas. Nós já tivemos a oportunidade de recebê-las em nosso mandato, para entendermos de perto um problema que precisa ser enfrentado com muita determinação. É preciso que seja feita uma escolha política, no sentido de que eu entendo que a escolha política, Sr. presidente, sempre se sobrepõe à escolha técnica. Eu entendo que tecnicamente já deva ter os caminhos. Eu acho que a Prefeitura precisa, de fato, se importar com essas crianças.

Não dá para a gente imaginar, sobretudo na qualificação, das profissionais, que na sua grande maioria são mulheres, que trabalham com essas crianças, que vivenciam e terminam — pelo que eu pude observar — quase em um exercício do aprender

fazendo. Deveria ter uma qualificação, e isso também não só ali vivenciada no chão das escolas, mas uma qualificação que começasse também na formação dos professores.

O que a gente observa é que os professores e as professoras, sobretudo, recebem. E falta ainda também uma devida preparação, que tem que ser vivenciada também a partir da universidade.

Então, eu entendo que a qualificação das ADIs não é só uma mudança de nomenclatura. Eu ouvi dizendo que vai ter uma mudança da nomenclatura, mas é para além disso, vereadora Aladilce, é preciso entender uma formação continuada. Porque a dedicação nós já sabemos que tem das pessoas que estão lá, no chão das escolas, mas isso não é só de boa vontade, você precisa criar as condições, dar os meios e as condições para que tenham um tratamento digno.

Então, ocupar este espaço aqui abre justamente esta possibilidade. Que nós tenhamos mais contatos, e acho que deve ter de fato esta força tarefa aqui para se aprovar todos os projetos que venham para garantir e assegurar dignidade, não só às crianças, mas também, sobretudo, às mães.

Acho interessante esta proposta que mesmo depois que ocorre a passagem dessas crianças, você ter uma possibilidade dessas mães seguirem. O que a gente observa de fato é que quem consegue segurar, quem segura a onda no final do dia, vereador

Maurício, são as mulheres, é quem vem aqui, quem traz os seus filhos, carregando. Uma coisa é quando esta criança é pequena, outra coisa, outro momento, é quando elas crescem e estão aí.

E aí acho que minimamente, Sr. presidente, nós aqui temos que ter esta agenda positiva, junto com a secretaria e envidar todos os esforços para que a dignidade seja uma palavra de ordem e que elas, quando voltarem aqui, venham falar de um outro tema, e não repetir o que nós observamos tanto na legislatura anterior e como no início do ano.

Então, quero colocar aqui o nosso mandato à disposição, junto à Comissão de Saúde, e juntar com os colegas para que possamos encontrar os melhores caminhos para assegurar esta dignidade às crianças e às suas mães.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB): Nós que agradecemos, vereador Sílvio Humberto.

Vereador Felipe, por três minutos.

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR VEREADOR FELIPE SANTANA (PSD)** NA 52ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 1º DE SETEMBRO DE 2025 – **COMENTÁRIO DA TRIBUNA POPULAR.**

Sr. presidente, todas as pessoas que nos acompanham pelas redes sociais, TV e Rádio Câmara, a pauta é de grande relevância, que é o cuidado com as mães atípicas e também com as crianças atípicas. Temos também que lembrar de pontos específicos, não só de uma maneira generalista.

É interessante, sim, se modificar a maneira que as ADIs são contratadas e qualificar esses profissionais para um atendimento e um acompanhamento adequado, mas também o poder público municipal, a secretaria da Educação tem que ter o cuidado, porque muitas crianças que têm um grau um pouco mais elevado do autismo são muito apegadas a essas ADIs. Quando mudam de ano ou, por questões políticas, essas profissionais são demitidas, as crianças que acabam sofrendo pela falta do acompanhamento.

Veementemente também é importante a questão do tratamento multidisciplinar, a união deste tratamento multidisciplinar com as novas técnicas, lembrando que o município de Salvador é Saúde Plena e faltam os neuropediatras, tratamentos também, como eletroestimulação, que não são acessíveis à população.

E cientificamente já é comprovado que crianças que fazem a eletroestimulação, o tratamento e o acompanhamento multidisciplinar, têm o acompanhamento pelos neuropediatras, também a questão da alimentação, a vulnerabilidade alimentar

dessas crianças e das suas mães são pontos importantes para ser decidido. A gente aqui só fala do macro, e alguns pontos específicos da necessidade real dessas mães atípicas são esquecidos, não são falados, não são tratados, e o município infelizmente vem empurrando com a barriga.

Lembrando que é competência do município de Salvador, por ser Saúde Plena, fornecer este tipo de serviço, neuropediatras, eletroestimulação, equipe multidisciplinar. O que a gente vê são cada vez mais as mães sofrendo, o número de autistas aumentando, o problema crescendo e as soluções efetivas não estão sendo realizadas. Sofrimento para criança, sofrimento para mãe, sofrimento para a família, sofrimento para a sociedade.

Então, você acaba gerando vários fatores devido à falta de uma assistência e um assistencialismo preciso, tanto para as crianças quanto para a mãe.

Para concluir, presidente, falando também da saúde dos professores. Crianças adoecendo e profissionais adoecendo, gera um ciclo: tanto os profissionais adoecem as crianças, quanto as crianças, sem uma conduta correta pelo poder público, estão adoecendo os profissionais de educação.

Muito obrigado.

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB)** NA 52ª SESSÃO

ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 1º DE SETEMBRO DE 2025 – **NA PRESIDÊNCIA.**

Nós que agradecemos, vereador Felipe Santana. Por acordo, vamos encerrar a sessão, para que nós possamos fazer a Reunião de Líderes. Correto?

Não havendo mais nada a ser discutido, declaro encerrada a sessão, convocando a próxima para dia e horário regimental.